

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 34ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a comemorar os 50 anos de regulamentação da fisioterapia e da terapia ocupacional no Brasil

1.2 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – PRONUNCIAMENTOS

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATA



ATAS

ATA DA 34ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/10/2019

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado João Vítor Xavier – Palavras do Senador Rodrigo Pacheco – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Anderson Luís Coelho – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Antonio Carlos Arantes – João Vítor Xavier – Professor Wendel Mesquita.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 17h10min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a comemorar os 50 anos de regulamentação da fisioterapia e da terapia ocupacional no Brasil.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Anderson Luís Coelho, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região; as Exmas. Sras. Cel. Gilmara Mota Martins, presidente da Junta Central de Saúde da PMBM-MG, representando o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. Giovanne Gomes; Ten.-Cel. Rosemeire, chefe do Núcleo de Atenção Integral à Saúde, representando o comandante da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. Márcio Flávio de Moura; Kênia Prates Silva Maciel de Freitas, representando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Cel. Edgard Estevo da Silva; e Ten. Carolina Neves, representando o comandante da 4ª Região Militar do Exército, Gen.-Div. Altair Polsin; e os Exmos. Srs. Rodrigo Pacheco, senador da República; e deputados Professor Wendel Mesquita e João Vítor Xavier, este autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Antes de darmos início à homenagem, gostaríamos de convidá-los a conhecer o movimento Sou Minas Demais. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais acredita que o nosso estado é maior que qualquer crise e, por isso, está promovendo ações para a retomada do desenvolvimento, agindo na defesa de Minas e dos mineiros. Sabemos que é preciso ouvir o cidadão e mobilizar as forças presentes na sociedade para que a mudança aconteça. O Sou Minas Demais é uma oportunidade para nos lembrarmos da nossa história, celebrarmos novas conquistas e valorizarmos a nossa identidade, apresentando pessoas que contribuem para o nosso estado em diversos campos de atuação.

Convidamos a todos para assistir ao vídeo-manifesto da campanha e se juntar a nós nesse movimento.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Registro de Presença

O locutor – Registramos a presença, nesta solenidade, das Sras. Giovana Macêdo Linhares, representando a Associação Brasileira de Fisioterapia Aquática; Eunice Sousa, presidente do Crefito-15; Patrícia Luciane Santos de Lima, vice-presidente do Conselho Federal de Fisioterapia – Coffito; Josienne Rocha, representando o presidente da Associação Brasileira de Fisioterapia Dermatofuncional – Abrafidef – e da Sra. Sindier Antônia Alves, vice-presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia; bem como dos Srs. Tiago Sávio Moreira Possas, representando o presidente da Fhemig, Fábio Baccheretti; e Abel Chaves Júnior, representando o presidente do Conselho Regional de Administração – CRA-MG –, Jehu Aguilar.

Saudamos, também, a presença do ex-deputado desta Assembleia Anselmo José Domingos.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais, sob a regência do Cap. Soares.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre os 50 anos de regulamentação da fisioterapia e da terapia ocupacional no Brasil.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado João Vítor Xavier

Muito boa tarde a todas, muito boa tarde a todos! Sejam todos muito bem-vindos à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Casa do povo; sendo assim, Casa de todos nós aqui presentes!

Quero cumprimentar o nosso 1º-vice-presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, aqui representando o deputado Agostinho Patrus, presidente da Assembleia; e o senador Rodrigo Pacheco, amigo dileto, com quem espero encontrar nesta Casa no

dia 1º de janeiro de 2023 – seria um privilégio enorme para mim e, tenho certeza, para todos nós mineiros. Cumprimento o meu colega de Parlamento, deputado Wendel Mesquita, professor e amigo; o Sr. presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região, caro amigo Anderson Luís Coelho, responsável por toda essa grande mobilização e por essa belíssima solenidade; a Sra. presidente da Junta Central de Saúde da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares de Minas Gerais, Cel. Gilmar Mota Martins; a Ten.-Cel. Rosemeire, chefe do Núcleo de Atenção Integral à Saúde; a Cel. Kênia Prates Silva Maciel de Freitas, representando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais; a Sra. Ten. Carolina Neves, representante do comandante da 4ª Região Militar do Exército, Gen.-Div. Altair Polsin.

Muito bem, quero trazer a minha palavra, o meu abraço a todos os amigos e amigas aqui presentes, a todos os homenageados e homenageadas nesta data tão especial. Queria começar cumprimentando o meu amigo, Prof. Ronaldo Gontijo, com quem tive o prazer de ser vereador na Câmara Municipal de Belo Horizonte, fisioterapeuta de formação e que sempre esteve muito atento em sua vida pública às pautas dessa categoria, sempre foi um grande representante das questões ligadas à fisioterapia e à terapia ocupacional. Tivemos a oportunidade, na câmara municipal, de, em vários momentos, acompanhar a sua indicação em questões ligadas a essa área, tanto eu como o meu caro amigo, ex-deputado e vereador Anselmo José Domingos, com quem tive o prazer e o privilégio de dividir espaço aqui na Assembleia e na câmara municipal junto com o nosso querido Ronaldo Gontijo. Na pessoa do Ronaldo, cumprimento todos os fisioterapeutas, todas as fisioterapeutas e todos os profissionais da terapia ocupacional aqui presentes.

Recentemente, prestamos uma homenagem aqui nesta Assembleia a um importante médico de Belo Horizonte ligado à área de queimaduras e à área de tratamento a queimados e uma das referências do Hospital João XXIII, Dr. Carlos Eduardo Leão.

Naquela oportunidade, quando me preparava para a solenidade, tive como estudar um pouquinho – curioso que sou como jornalista de formação – a origem da medicina plástica, da cirurgia plástica, aí descobri que os gregos cultuavam, desde a antiguidade, dois deuses ligados à saúde: um é o deus Esculápio, deus da saúde, da medicina, e é tido, desde a Grécia antiga, como o deus dos médicos. O Esculápio era considerado o deus da cura. Quando alguém estava convalescente, procurava ou dirigia as suas orações a esse deus na Grécia antiga, o deus da cura, o Esculápio. Mas os gregos, espertos e inteligentes que eram, perceberam que mais importante do que ficar curado era não se tornar doente. Eles perceberam o seguinte: olha, se temos um deus da cura, por que não podemos ter o deus da saúde permanente? Então, passaram a prestar culto, senador Rodrigo, à filha do deus Esculápio, que era a deusa Hígia, que passou a ser a deusa da saúde, da sanidade e da permanente relação com o corpo são, com o corpo saudável.

E, atento a isso, percebi que é exatamente ao que se presta a fisioterapia, na sua essência; ela consegue juntar o atributo dos dois gregos antigos e dos dois deuses da Grécia: o deus da cura, porque somos dependentes de todos vocês, fisioterapeutas e profissionais da terapia ocupacional, quando estamos convalescendo e precisamos nos recuperar; e, também, até por uma experiência e uma necessidade pessoal, sempre buscamos o atendimento de vocês para que não venhamos a precisar depois da cura, para nos mantermos sãos, saudáveis, para que não venhamos precisar dos médicos e até mesmo dos fisioterapeutas para uma recuperação posterior. Então, as homenagens aqui prestadas unificam o que a Grécia antiga já tratava como duas divindades; a da cura e a da saúde permanente.

Digo da minha experiência pessoal, porque, há alguns anos, quando resolvi lutar contra a obesidade, comecei a correr; fui pelo caminho que a maioria dos brasileiros procuram quando estão acima do peso, fui buscar a corrida. Obviamente, com 50 quilos a mais do que estou hoje, o joelho não aguentou, mandou o recado com alguns meses de corrida na esteira, nas praças e nas lagoas. Aí, consultei um médico que me disse: “Olha, você fez uma coisa muito boa para a sua saúde, que foi buscar o exercício, o esporte para perder peso, mas vou lhe dar uma indicação muito melhor: procure um fisioterapeuta, porque você precisa prevenir o que vai acontecer no seu futuro; se você não fizer um bom trabalho de fisioterapia, não vai chegar ao fim dessa corrida, dessa maratona, porque o seu joelho e suas articulações não vão aguentar”. Aí, ignorante que era até então, pude perceber a importância da fisioterapia

não apenas para nos curar, Ronaldo Gontijo, daquilo que já nos tirou de um momento de saúde, mas também – e talvez seja tão importante quanto – para prevenir contra um mal maior no nosso futuro.

E hoje celebramos todos os profissionais, todas as profissionais que dedicam suas vidas a essas duas causas: a profilaxia, a prevenção, o tratamento prévio para termos uma vida melhor e mais saúde; e a nossa recuperação no momento em que mais precisamos. Aliás, se hoje celebramos esses 50 anos, é fruto do boom da fisioterapia, do seu fortalecimento. Apesar de sua origem ser na China antiga, na Grécia antiga, o seu fortalecimento como função social foi após a Segunda Guerra Mundial, quando milhares de homens e mulheres voltaram mutilados dos campos de batalha, e, com isso, percebeu-se a importância de profissionais preparados, capacitados, regulamentados para cuidar daquelas pessoas e devolver-lhes a condição de vida, se não na plenitude, devido à gravidade de muitas mutilações, pelo menos de maneira mais digna e adaptada para um convívio em sociedade.

E, a partir dos anos 1950, eu estudava alguns dados, nos Estados Unidos, e eram cerca de mil fisioterapeutas. Logo após a Segunda Guerra Mundial, em apenas um ano, o país já tinha quase 15 mil fisioterapeutas, dada a necessidade de acolhimento daqueles mais necessitados que retornavam dos campos de batalha. E, a partir de então, o mundo percebeu a importância dessas profissões, a importância desse ofício, para que pudéssemos ter uma sociedade melhor.

Então o que trago hoje é um abraço, em nome do povo de Minas Gerais, a vocês, profissionais da fisioterapia, que tão bem contribuem para que possamos viver numa sociedade melhor, mais longa, mais saudável. O nosso muito obrigado. Esse é o papel da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, como representante da sociedade.

Vivemos um momento hoje, meu caro Anderson, em que alguns questionam muito a questão das homenagens, isto é, se o poder público deveria ou não prestar homenagens, e sou um defensor ferrenho de que deve sim, porque é papel da sociedade reconhecer aqueles que contribuem para uma sociedade melhor. Vivemos um momento tão ruim na nossa sociedade, com tantos maus exemplos e com tantas coisas ruins recebendo enorme projeção que não podemos deixar de valorizar o que é bom, de valorizar a nossa Polícia Militar, que tão bem nos atende no dia a dia, dando-nos segurança e melhor condição de vida numa sociedade tão violenta. É a polícia que sai às ruas e coloca a vida dos seus à disposição da nossa. Também temos que reconhecer a importância dos bombeiros que, com a sua bravura e a sua força, encheram-nos de orgulho tantas vezes, por exemplo, recentemente, no socorro às vítimas do crime ambiental ocorrido em Brumadinho. E ainda reconhecer a importância do nosso Exército, que se embrenha pelas matas num país de dimensões continentais, e, sim, também daqueles que se dedicam à nossa saúde.

Já que estamos falando dos nossos militares e dos nossos profissionais de saúde, sempre gosto de dizer que são duas atividades que eu jamais me consideraria apto e capaz de exercer. Considero talvez as duas funções de maior relevância, importância e responsabilidade da nossa sociedade, porque elas lidam diariamente com a vida humana, com a saúde humana e com o acolhimento das pessoas em seus momentos de maior fragilidade.

Então sou um defensor de que solenidades como esta sejam repetidas na nossa sociedade para que não vivamos uma sociedade que apenas lamenta o que há de ruim, mas para que possamos fortalecer uma sociedade que reconhece o que é bom, e, a partir do reconhecimento do que é bom, que ela possa dar esse exemplo para as gerações futuras e para que as crianças, como vejo várias aqui, filhos e netos de homenageados, entendam que podemos viver e construir uma sociedade onde as pessoas são valorizadas pelo seu mérito, por aquilo que construíram de bom ao longo da vida. Esses são os exemplos que devemos ter para a posteridade.

Parabéns ao Crefito, pela iniciativa. Muito obrigado, senador Rodrigo Pacheco, que, de fato, é o grande anfitrião desta noite. Foi ele quem me apresentou ao Anderson e me pediu para apresentar esta homenagem nesta Assembleia Legislativa. Então me faço representante tanto do povo de Minas, como deputado, quanto da classe política, através da indicação e do pedido do senador Rodrigo Pacheco. Meus parabéns, em especial ao Crefito, por compartilhar esta homenagem à instituição com as pessoas que fazem a instituição. A instituição sem gente, sem pessoas, sem o ser humano, não vale nada, é apenas um papel registrado num cartório. No fim das contas, a instituição somos nós, como sociedade civil organizada. Muito obrigado e parabéns a todos.

Palavras do Senador Rodrigo Pacheco

Muito boa tarde a todos! É com enorme satisfação que ocupo esta tribuna da Assembleia Legislativa confidenciando a vocês que, não obstante esteja hoje no Senado da República, alimentei, por muitos anos, o sonho de ser deputado estadual e confidenciava isso ao presidente Antonio Carlos Arantes e ao meu amigo João Vítor Xavier, logo que entramos. Eu não havia reparado o quanto bonito é o Plenário da Assembleia Legislativa. É a primeira vez que venho e ocupo a Mesa numa solenidade, mas já participei de convenções partidárias que acabam por descaracterizar o ambiente e ocultar a beleza do nosso Plenário. Contudo, mais do que bonita, esta Casa deve ser respeitada, como devem ser respeitadas as câmaras municipais e como deve ser respeitado o Congresso Nacional, que são as casas de lei do nosso país.

Quero saudar o presidente desta reunião especial, o vice-presidente da Assembleia, deputado Antonio Carlos Arantes, a quem rendo minhas homenagens. Somos conterrâneos, ele, de Jacuí, e eu, de Passos, e Passos já pertenceu a Jacuí, o que me leva a ter mais obrigação com V. Exa., deputado Antonio Carlos. Todos nós temos também um compromisso grande com São Sebastião do Paraíso, onde temos vínculos muito fortes. Então falo da minha alegria de estar aqui, sob a presidência de V. Exa., e peço que V. Exa. também leve o nosso abraço a quem estimo muito, o presidente da Casa, deputado Agostinho Patrus.

Cumprimento ainda o autor do requerimento, o meu querido amigo deputado João Vítor Xavier, e aqui faço uma homenagem e um testemunho muito fiel da personalidade do João Vítor, do caráter do João Vítor e da capacidade que ele tem de articulação política e de eficiência no seu mandato político. Um jornalista já consideravelmente conhecido e bem-sucedido e agora também dedicado ao direito – como também fui e continuo ao longo da minha vida –, e exercendo um mandato, mais um mandato, de maneira muito exemplar. É uma alegria estar aqui compartilhando com você uma solenidade; nós, que compartilhamos tantos momentos juntos na luta política em defesa de Minas Gerais.

Quero cumprimentar também o deputado Professor Wendel Mesquita, que também faz um belíssimo trabalho na política, especialmente em Belo Horizonte, onde foi vereador, e agora ocupa a vaga de deputado aqui, na Assembleia Legislativa. Cumprimento o presidente do Crefito, meu também amigo Anderson Coelho, que tive a satisfação de apresentar ao João Vítor Xavier. Depois, no decorrer da minha fala, contarei um pouco dessa história do Anderson, no Congresso Nacional, e do relacionamento que lá tivemos numa defesa que passou a ser uma defesa comum, que é a defesa dos fisioterapeutas e dos terapeutas ocupacionais do Estado de Minas Gerais e do Brasil – não é, meu caro Anderson?

Cumprimento todas as autoridades militares, e incrivelmente, para a nossa alegria, todas as mulheres que estão ocupando a Mesa do Plenário da Assembleia, o que faz a Mesa ser mais valorosa, mais bonita, mais agradável. Meus cumprimentos e sinceramente as minhas homenagens ao que é um orgulho para nós, em Minas Gerais, que são as nossas forças policiais, especialmente as forças militares. Aliás, nós podemos ostentar, e digo isto sempre que posso: temos a melhor Polícia Militar do Brasil. E principalmente agora, depois dessa triste história, dessa triste tragédia, desse crime ocorrido em Brumadinho, como disse João Vítor Xavier, o nosso Corpo de Bombeiros revelou-se o melhor Corpo de Bombeiros Militar do Brasil, pelo menos assim ele é reconhecido pelo Brasil afora. Minhas homenagens incansáveis a esses heróis que merecem também todo o nosso respeito.

Permito-me, presidente, cumprimentar duas grandes figuras que estimo muito e que estão aqui, na plateia: o ex-deputado estadual Anselmo José Domingos, que é um dos colaboradores do nosso mandato de senador, meu conselheiro permanente e político; e o Ronaldo Gontijo, que também é uma figura muito querida em Belo Horizonte e em Minas Gerais, vereador de Belo Horizonte, cuja neta é minha eleitora, e tenho muito orgulho em dizer, embora ela ainda não vote, mas, se votasse, votaria em Rodrigo Pacheco – não é isso, Ronaldo? Então registro a minha alegria de vê-los nesta reunião especial que homenageia os fisioterapeutas e os terapeutas ocupacionais.

Bom, sobre a minha relação com a profissão, devo dizer primeiro que sou advogado, tenho orgulho de ser advogado e sou, portanto, da área das ciências humanas. Também cumprimento a banda da Polícia Militar, que nos brindou com o Hino Nacional.

Mas, na profissão de advogado, existe uma figura que é aquele que não se forma em direito, não é advogado e exerce a profissão de advogado. No passado, existia muito isso. Era o chamado rábula. Evaristo de Moraes foi um grande criminalista, fez um júri emblemático, o júri do Doca Street, que tinha do outro lado Evandro Lins e Silva, sem ser advogado. Então, presidente Antonio Carlos Arantes, existe essa figura do rábula. Eu não sei o que isso representa na fisioterapia, mas talvez seja simplesmente um exercente ilegal de profissão. Aliás, eu brincava agora a pouco dizendo que me considero quase um fisioterapeuta.

Das profissões que obviamente nós temos que defender no Congresso Nacional – e todas elas com seus méritos, com suas causas, com suas necessidades –, eu evidentemente defendo de maneira muito ostensiva, desde a minha época de deputado, os advogados e a advocacia. Fui conselheiro estadual, fui conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil e me encantei com a profissão de fisioterapeuta e de terapeuta ocupacional, muito em razão do vínculo com o Anderson. Quero também dar esse testemunho do quão presente é o Anderson no Congresso Nacional. Na época de deputado, não havia uma só quinzena que não estivesse o Anderson a defender de maneira muito assídua e muito convincente a causa do Crefito, que acaba sendo a causa – no ambiente do Congresso Nacional – de todos os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais do Brasil.

Portanto, eu preparei breves palavras – são breves mesmo – e gostaria de dar o testemunho dessa minha relação com a categoria profissional, com a profissão de que hoje ousou dizer que sou um grande defensor no Congresso Nacional como senador da República. Dou agora a vocês o meu testemunho. Grandes riscos e oportunidades para a fisioterapia e para a terapia ocupacional surgiram na Câmara dos Deputados durante a legislatura em que lá estive – 2015 a 2019 –, e, em todos esses momentos decisivos, os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais mineiros puderam contar com a minha defesa. Agora, é da tribuna do Senado da República.

Eu não sou profissional da saúde como disse, mas sim advogado. Encantei-me com as causas da comunidade fisioterapêutica do Congresso Nacional. Sou sensível aos pleitos por considerá-los essenciais para a sociedade. Dentre as causas, cito o reconhecimento da perícia e da assistência técnica fisioterapeuta na previdência social em nome da multiprofissionalidade, além de outros projetos que podem comprometer os direitos já conquistados pela classe. Apresentei projetos de lei para atualizar a regulamentação da fisioterapia, oficializar o dia nacional do fisioterapeuta do trabalho e proibir – esse é um projeto muito caro a nós todos, idealizado pelo Crefito e que levei a cabo na Câmara dos Deputados na legislatura passada – cursos de graduação à distância na área da saúde, entre outras proposições que contemplam os interesses da profissão e as necessidades da população. Meu compromisso com os fisioterapeutas é o de converter em propostas as reivindicações da categoria e as propostas, enfim, em leis federais que possam surtir efeito em todo território nacional, tais como: a presença nas equipes principais de estratégia da saúde da família, o cumprimento integral da RDC nº 7 nos hospitais municipais e a ginástica laboral obrigatória nos órgãos da prefeitura. Nesse passo, propus no senado federal o projeto que dispõe sobre o exercício da fisioterapia, atualmente sob apreciação no âmbito na Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República. E aqui, ao comemorar os 50 anos dessa regulamentação, ao que visamos, enfim, é uma atualização legislativa no âmbito do Congresso Nacional.

Fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais comemoram, neste ano, o cinquentenário da regulamentação de suas profissões no Brasil, marco histórico para profissionais de duas carreiras tão jovens, mas com um legado de conquistas notáveis e extensas. Fatos importantes, como a criação da Associação Brasileira de Fisioterapeutas, em 1959, e a fundação da Associação Mineira de Fisioterapeutas – AMF –, nove anos depois, precederam a tão esperada regulamentação que aconteceu no dia 13/10/1969 por meio do Decreto Lei nº 938. A conquista só foi possível pela luta dos profissionais aguerridos de então, dispostos a alcançar o ideal em um período difícil, com um movimento político, em meio ao governo militar, que regulamentou a fisioterapia e a terapia ocupacional como profissões de nível superior, liberais e com escopo de atuação definidos.

Ao longo dos anos, as profissões atingiram reconhecimento social e científico e várias outras conquistas, como a aprovação da lei determinando a jornada de trabalho máxima de 30 horas semanais, a inclusão no Simples Nacional, a dedução no imposto de renda, a assistência obrigatória e ilimitada na saúde suplementar, a inserção em diversas políticas de saúde, a presença essencial nas

UTIs, além da consolidação da autonomia profissional. A gestão do Crefito de Minas Gerais – aqui homenageio o Anderson Coelho – visando ao estímulo, à exatidão profissional e às boas práticas na profissão, realiza um planejamento além da sua competência meramente cartorial e fiscalizadora, também estimulando os profissionais a conhecerem sua história e a reconhecerem trajetórias profissionais que propiciaram o desenvolvimento das profissões.

Ao longo do ano, o conselho recebeu indicações de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais de todo Estado, que foram lembrados por seus pares mediante consulta pública realizada pela autarquia, cujas biografias foram apreciadas e homologadas pelo seu plenário. São nomes importantes de profissionais que fizeram a diferença em seus contextos, anonimamente ou não, e que contribuíram para que as profissões em Minas Gerais e no Brasil tivessem dignidade e valorização. E aqui, ao tempo em que agradeço imensamente a homenagem que me é feita, nesta assentada, pelo Crefito, pelos fisioterapeutas e pelos terapeutas ocupacionais, também parabeno todos aqueles que receberam esta mesma comenda; e que façamos um pacto de defesa eficiente e intransigente na causa de vocês no Congresso Nacional. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o 1º-vice-presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, representando o presidente da Casa, deputado Agostinho Patrus, e o deputado João Vítor Xavier farão a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Sr. Anderson Luís Coelho, presidente do Crefito-4. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Elevados níveis de qualidade de vida são apanágio de países que se preocupam com a promoção e a manutenção do estado de bem-estar entre seus cidadãos. A regulamentação da fisioterapia e da terapia ocupacional no Brasil traduz a importância que têm essas atividades no cumprimento da missão de oferecer condições dignas de existência à comunidade nacional. Por ocasião do aniversário de 50 anos da regulamentação da fisioterapia e da terapia ocupacional no Brasil, a Assembleia celebra o valor dessas profissões e a importância daqueles que as exercem.”.

– Procede-se à entrega da placa.

O locutor – Ato contínuo, o próprio Crefito presta também as suas homenagens ao seu presidente, Anderson Luís Coelho, pelas mãos da Dra. Flávia Massa, que o representa.

Palavras do Sr. Anderson Luís Coelho

Exmo. 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Antônio Carlos Arantes, representando o presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus; Exmo. Senador Rodrigo Otávio Pacheco, meu amigo – poderia dizer que é quase um fisioterapeuta honoris causa; Exmo. Sr. Deputado João Vítor Xavier, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Exmo. Sr. Deputado Estadual Professor Wendel Mesquita, grande amigo, parceiro nas causas da fisioterapia e da terapia ocupacional na Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Exma. Sra. Presidente da Junta Central de Saúde, Cel. Gilmara Mota Martins, representando o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. Giovanne Gomes; Exma. Sra. Chefe do Núcleo de Atenção Integral à Saúde, Ten.-Cel. Rosemeire, representando o comandante da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. Márcio Flávio de Moura; Exma. Sra. Cel. Kênia Prates Silva Maciel de Freitas, representando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Cel. Edgard Estevo Silva – este ano pudemos vivenciar de muito perto o trabalho do Corpo de Bombeiros Militar, infelizmente naquela tragédia de Brumadinho onde a fisioterapia mineira protagonizou, pela primeira vez na história – pelo menos, da literatura –, um trabalho de atuação junto aos regatistas, aos socorristas, em parceria com o serviço de fisioterapia do Hospital da Polícia Militar e um grupo de serviços voluntários; Exma. Sra. Ten. Carolina Neves, representando o comandante da 4ª Região Militar do Exército, Gen.-Div. Altair Polsin.

Aproveito uma sessão dessas em que há várias mulheres representando os serviços militares, o que não é muito diferente do que acontece na fisioterapia e na terapia ocupacional, onde somos maciçamente um público feminino – e estamos aqui na presença, inclusive, da Dra. Veridiana Arb e do Patrick, filho da Dra. Sônia Gusman, a fisioterapeuta nº 1 e a terapeuta ocupacional nº 1 do

Brasil, que já nos deixou, mas foram importantes protagonizadoras na época da regulamentação e responsáveis por existir no Brasil o Decreto-lei nº 938, do qual comemoramos o Jubileu de Ouro.

O mês de outubro contém não apenas a data mais importante da história da fisioterapia e da terapia ocupacional em nosso país, mas também o dia de refundação do Brasil democrático, 5/10/1988, quando foi promulgada a Constituição Cidadã, que completou 31 anos no início deste mês. No início da promulgação, Ulisses Guimarães fez, durante a mesma solenidade, um discurso sobre o passado e um diálogo com o futuro. “A sociedade” – disse ele na ocasião – “sempre acaba vencendo, mesmo ante a inércia ou o antagonismo do Estado. O Estado era Tordesilhas. Rebelada, a sociedade, empurrou as fronteiras do Brasil, criando uma das maiores geografias do universo”.

Trago tais palavras para esta reunião especial porque a fisioterapia e a terapia ocupacional brasileiras promoveram, nos últimos 50 anos, um avanço semelhante, com muito arrojo, ampliando as fronteiras desta profissão. O Decreto-Lei nº 928, de 13/10/1969, é o nosso Tratado de Tordesilhas, um documento do Estado sobre terras descobertas e terras por descobrir. Ali estão os limites que os nossos desbravadores souberam alargar por meio dos caminhos da ciência. Sim, as duas profissões foram regulamentadas no regime militar, mas aquele decreto-lei não foi o início, mas o desfecho de um processo que havia começado no seio da sociedade e entre os seus representantes no Congresso Nacional. O Congresso, aliás, estava fechado desde o Ato Institucional nº 5, de 13/12/1968, e permaneceu assim, sem funcionar por 10 longos meses. Nos anos anteriores, já no governo militar, alguns deputados haviam tentado, sem sucesso, regulamentar nossas profissões.

O que estamos comemorando aqui, nesta noite, deputado João Vítor, deputado Carlos Arantes, deputado Professor Wendel, o que a gente, na verdade, está comemorando esta noite não é o reconhecimento legal que veio de cima para baixo, mas o conteúdo do decreto-lei que recebeu, naquele momento histórico, em virtude do conhecimento que a nossa classe acumulava até então. Estamos comemorando principalmente aquilo que nós, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, construímos e conquistamos nesse meio século de regulamentação de duas profissões liberais de nível superior, autônomas e soberanas, como o Brasil desenhado pela Constituição Cidadã. A fisioterapia e a terapia ocupacional nasceram da necessidade e da mobilização da sociedade brasileira, necessidades de saúde e mobilizações pela saúde. Foi a sociedade civil, organizada em associações de fisioterapia, que levou aos Poderes da República a ideia da regulamentação.

Não teríamos hoje duas profissões tão desenvolvidas e respeitadas no território nacional sem a contribuição de cada uma e de cada um dos profissionais homenageados aqui, nesta noite, pelo Crefito-4 com a Comenda Cinquentenário. Olhamos, com reverência, para o passado em busca do aprendizado necessário para a construção do futuro. As mulheres e os homens agraciados com a Comenda Cinquentenário nos elevaram, com o seu trabalho, até o ponto em que estamos agora, diante de um horizonte cada vez mais amplo. A eles e a elas nossa eterna gratidão pelos relevantes serviços prestados e toda a honra ao mérito acadêmico, assistencial, associativista, científico, comunitário, legislativo e profissional. A honraria que estão recebendo apenas oficializa o reconhecimento de seus pares em Minas Gerais.

Dirigimos um cumprimento especial ao senador Rodrigo Pacheco, que acabou de nos deixar por ter outro compromisso – ele pediu para avisá-los e pediu licença –, igualmente homenageado por escolha dos próprios fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais mineiros, pois, mesmo não pertencendo à nossa classe, ele a defende como se fizesse parte de seu mandato desde a época em que era deputado federal. Nosso agradecimento também ao deputado João Vítor Xavier, autor do requerimento desta reunião especial, um gesto que traz à Casa do povo mineiro profissões que nasceram do clamor da sociedade tão somente para atendê-la, às vezes com o reconhecimento do Estado, como na noite de hoje. Muito obrigado a todas e a todos. Parabéns aos homenageados e vida longa à fisioterapia e à terapia ocupacional.

O locutor – Com a palavra, o 1º vice-presidente da Assembleia, deputado Antonio Carlos Arantes, representando o presidente da Casa, deputado Agostinho Patrus.

Palavras do Presidente

Exmo. Sr. Deputado João Vítor Xavier, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, esse jovem deputado dinâmico e que tem feito um grande trabalho nesses vários mandatos. Parabéns! Cumprimento também o senador, porque não poderia deixar de enaltecer a presença dele, já que, durante um tempo, ele ficou aqui e enalteceu este evento. Esse senador também tem feito um trabalho brilhante para o povo mineiro e para o Brasil.

Gostaria de cumprimentar o presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região, Anderson Luís Coelho. Na sua pessoa, Anderson, queria também cumprimentar todos os fisioterapeutas, terapeutas, assim como as famílias aqui presentes. Eu não poderia deixar de enaltecer a presença também da minha conterrânea, vereadora e grande amiga, Cidinha Cerize, e de toda a sua família, a Aparecida Cerize. A Cidinha realmente é uma pessoa diferenciada. A Santa Casa de São Sebastião do Paraíso, que é uma santa casa regional, sob seu comando, faz um belíssimo trabalho, respeitado por tantos, tanto é que foi eleita vereadora com uma votação maciça. Parabéns, Cidinha e toda a sua família. Queria cumprimentar também o grande amigo deputado Wendel Mesquita, jovem deputado que já está destacando-se como um grande deputado. Cumprimento ainda a presidente da Junta Central de Saúde da PMBM-MG, Cel. Gilmar Mota Martins, representando aqui o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. Giovanne Gomes, o grande parceiro Giovanne, com o qual falei agora há pouco. Queria cumprimentar também a chefe do Núcleo de Atenção Integral à Saúde, Ten.-Cel. Rosimeire, representando o comandante da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. Márcio Flávio de Moura. Também cumprimento a Ten. Carolina Neves, representando aqui o comandante da 4ª Região Militar do Exército, Gen.-Div. Altair Polsin. Aproveito para cumprimentar também todos dessa banda maravilhosa da Polícia Militar; a Orquestra Sinfônica está aqui abrilhantando esta homenagem.

Deixei por último, de propósito, a Cel. Kênia Prates Silva Maciel de Freitas, que está representando aqui o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Cel. Edgard Estevo da Silva, um grande amigo meu. Cel. Kênia, eu a deixei por último até para fazer um depoimento. Na Assembleia a gente recebe, mensalmente, no mínimo, uma ou duas delegações – até mais – internacionais. Agora, na recente semana, está fazendo uns 10 dias, recebemos uma delegação do Quênia: eu, três senadores, uma senadora, o embaixador – havia ministro, eram umas doze pessoas. Eles vieram aqui para ver a experiência de Brumadinho, essa triste experiência, mas, de fato, com uma alegre ação e resultado. Lá no Quênia, eles também tiveram o problema de uma barragem de água que se rompeu. Houve muitas vítimas fatais. Eles vieram aqui conhecer os avanços, as ações que foram feitas. Lá também há outros problemas, outras barragens correndo riscos. Quem os acompanhou, em vários momentos, por várias horas, lá no local do acidente, foi a Cel. Kênia. Muitas coisas chamaram a atenção em todos os sentidos, coronel, mas o que mais chamou atenção – e o que faz uma grande diferença – é que eles disseram que, se fosse no Quênia, uma pessoa, com uma graduação elevada, teria um motorista particular, teria um policial à disposição dela. Ela não; ela mesmo dirigia, no barro, para todo lado. Foi naqueles dias em que choveu, e ela levou todos para todo lado, com aquela disposição. Aquilo os comoveu, mostrou o que é o nosso Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.

Então, gente, batam palmas para esse pessoal. No meu entendimento, é o melhor Corpo de Bombeiros. Como temos a melhor Polícia Militar do Brasil, uma das melhores do mundo, nós temos, sem dúvida, o melhor Corpo de Bombeiros do mundo. Um exemplo foi dado em Brumadinho ao se recuperarem vidas daquela forma, ao se recuperarem corpos e vidas também daqueles que conseguiram se salvar – até agora, recentemente, estão ainda encontrando corpos. Em sua fala, inclusive, ela disse que, enquanto houver um corpo debaixo da terra, eles estarão lá procurando. Então, parabéns, coronel. Desistir não é opção do Corpo de Bombeiros. Parabéns!

Acompanhando o João Vítor, também quero falar da minha experiência com fisioterapeutas. Há cinco anos, eu, que gosto de cavalgadas, andei em um cavalo que não era meu – era de uma pessoa que quis me agradar e me colocou num cavalo muito rápido e bravo. Mas já amansei cavalo, não tive medo. Houve um momento em que ele deu uma arrancada e eu quase caí, João. Só não caí

porque realmente fui muito bom – arrastando o papo. Mas o braço que segurou... Na hora em que terminou a cavalgada e tomei banho foi que vi que tinha tido uma lesão forte no ombro. Não tive dúvida. Isso foi em um sábado; na segunda-feira, eu já estava consultando o médico, que já prescreveu fisioterapia, e a fisioterapeuta fez um belíssimo trabalho. Conversando com ela, disse-lhe que eu viajava demais nos finais de semana. Como vai acontecer amanhã: sairei de madrugada e só chegarei no domingo à noite, vou visitar os municípios. Eu chegava muito cansado. Falei para ela: “Chego moído”. Ela falou: “Você precisa fazer pilates”. E faz cinco anos que faço pilates, duas vezes por semana. Viajo, chego a casa, tomo banho e parece que não aconteceu nada, porque o corpo está esticado. Realmente isso faz uma diferença muito grande.

Tenho experiência profissional como empresário também. A minha esposa e o meu filho têm aqui, em Belo Horizonte, uma casa de repouso, uma casa de idosos, com aproximadamente 50 pessoas. Lá há uma sala de fisioterapia e terapia ocupacional. É impressionante o resultado. Então, nós convivemos diariamente com fisioterapeutas, com terapeutas e conhecemos, na prática, a importância da profissão de vocês. Vocês estão de parabéns!

Estou representando aqui o nosso presidente, deputado Agostinho Patrus, grande líder desta Casa e da política mineira, que escreveu: (– Lê) “Recuperando pacientes e promovendo uma melhor qualidade de vida, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais vêm desempenhando um papel cada vez mais relevante entre os profissionais da saúde.

Os 50 anos de regulamentação das duas carreiras mostram um trajeto que acumula um sólido conhecimento, amparado tanto na tecnologia quanto em novas práticas. Em franca expansão no Brasil e no mundo, essas áreas vêm recebendo o merecido reconhecimento acadêmico e social.

O desenvolvimento das duas profissões foi impulsionado pela necessidade de reabilitação das pessoas vitimadas pelas duas guerras mundiais, atestando, desde então, a profunda qualidade humana de seus praticantes.

Inseridos numa realidade em que as ciências da saúde demandam cada vez mais um trabalho interdisciplinar, abrangendo desde questões éticas e ambientais do saneamento básico à alimentação, os dois ramos exigem profissionais eficazes, produtivos e conscientes de sua competência científica. Assim estão hoje firmemente presentes no cotidiano das pessoas, estimulando a recuperação de funções físicas e sociais e também levando ao bem-estar psíquico.

Profissões distintas, a terapia ocupacional e a fisioterapia cuidam da saúde de maneira diferente, mas trabalham de forma complementar. Na terapia ocupacional, o paciente é conduzido ao maior grau de independência e autonomia possível, em prol de sua melhor interação social. Exercícios e jogos tornam-se ocupações agradáveis, ligando, de um modo integrado, a mente e o corpo.

O trabalho do fisioterapeuta, visando à recuperação do movimento corporal, dos reflexos mais simples aos mais complexos, além de facilitar a vida social, também cuida do autoconhecimento. As necessidades individuais são plenamente atendidas quando esses profissionais da saúde valorizam a motivação e a autodeterminação.

Hoje, com o estabelecimento de teorias norteadas pelo objetivo de conferir, antes de tudo, um sentido à vida, ambas as profissões têm se valido do crescente desenvolvimento de técnicas e novas tecnologias. Muitas vezes, o paciente é levado a reaprender as atividades de sua vida diária. Está superando, ainda, questões importantes que afetam sua vida profissional e sua própria identidade.

O dia 13/10/1969 marca a criação simultânea dessas duas profissões. Promovendo a saúde física e mental, elas têm suas bases de atuação estruturadas e definidas por uma formação acadêmica rigorosa.

Um mundo mais justo, saudável e inclusivo está, portanto, no horizonte que nós, os representantes do povo, compartilhamos com os profissionais da saúde. De nosso trabalho simultâneo e de nossos ideais, depende um futuro que respeite profundamente nossos cidadãos, dignos de uma vida melhor.

Com a confiança de que, nos anos vindouros, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais irão tornar-se profissionais ainda mais necessários, cumprimentamos os dirigentes associativos e os representantes das duas atividades aqui reunidas. Parabéns a todos! Muito obrigado.”.

Apresentação Musical

O locutor – Neste momento, ouviremos a Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais, que neste ano completa 70 anos de existência e que nos brindará com as seguintes músicas: “Os toureadores”, de Georges Bizet, “Suíte nº 1”; “Game of thrones”, de Ramin Djawadi; e “My way”, de Paul Anka, esta tendo como solista o Sgt. Gleisson.

Em nome do presidente e do deputado João Vítor Xavier, aproveitamos o momento para agradecer à Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais a participação nesta solenidade.

– Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 21, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2019

Às 17h42min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues e Hely Tarquínio (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMTH), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 16/2019 e do Projeto de Lei nº 1.022/2019, ambos na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei nº 910/2019, registrando-se, nesse parecer, voto contrário do deputado Sargento Rodrigues (relator: deputado João Magalhães). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2019.

João Magalhães, presidente – Beatriz Cerqueira – Roberto Andrade.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/10/2019

Às 15h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Léo Portela, Professor Irineu e Cleitinho Azevedo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 542/2019, no 2º turno (deputado Léo Portela), e 3.644/2016, no 1º turno (deputado Professor

Irineu). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.591/2019, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Lucas Ragazzi de Miranda Rios, jornalista, pelo lançamento do livro “Brumadinho – A engenharia de um crime”;

nº 4.592/2019, do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Murilo Rocha Barbosa, jornalista, pelo lançamento do livro “Brumadinho – A engenharia de um crime”;

nº 4.667/2019, do deputado Neilando Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater os valores exorbitantes cobrados pela Azul Linhas Aéreas pelas passagens nos voos para os municípios do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2019.

Gustavo Valadares, presidente – Ulysses Gomes.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 22/10/2019****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.013/2019, do governador do Estado, que institui o Fundo Estadual de Segurança Pública de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Segurança Pública, e com as Emendas nºs 3 e 4, que apresenta.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 22/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 69/2017, do deputado Cabo Júlio; Projetos de Lei nºs 94/2019, do deputado Coronel Sandro; 318/2019, da deputada Beatriz Cerqueira; 5.443/2018, do deputado Ulysses Gomes; 292/2015, do deputado Arlen Santiago; 1.855/2015, do deputado Elismar Prado; 2.040/2015, do deputado Noraldino Júnior; 3.122/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 3.161/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.289/2016, do deputado Noraldino Júnior; 4.063/2017, do deputado Fred Costa; 4.160/2017, da deputada Ione Pinheiro; 5.117/2018, do deputado Ulysses Gomes; 36/2019, do deputado João Leite; 321 e 326/2019, da deputada Beatriz Cerqueira; 731/2019, do deputado Betão; 792/2019, da deputada Celise Laviola; 908/2019, do deputado Doutor Paulo; 999/2019, do deputado Bruno Engler; 1.016/2019, do governador do Estado; 1.088/2019, do deputado Professor Cleiton; 1.140/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.171 e 1.172/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.174/2019, do deputado Doorgal Andrada; 1.177/2019, do deputado João Vítor Xavier; 1.194/2019, da deputada Delegada Sheila; e 1.204/2019, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.945/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados Celinho Sintrocel, André Quintão, e Bosco; 4.184/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 572/2019, do deputado Duarte Bechir; 920/2019, do deputado Tadeu Martins Leite; 1.080/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita; 1.091/2019, do deputado Doutor Paulo; 1.095/2019, do deputado João Vítor Xavier; 1.103/2019, do deputado Professor Cleiton; 1.106/2019, do deputado Raul Belém; 1.121/2019, do deputado Doorgal Andrada; 1.158/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 1.162/2019, do deputado Tadeu Martins Leite; e 1.169/2019, do deputado Gustavo Valadares.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 22/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 3.154 e 3.158 a 3.160/2019, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com o Cb. PM Kerley Tadeu da Silva Jerônimo pelos relevantes serviços prestados ao Batalhão de Choque da Polícia Militar de Minas Gerais, onde atua na linha de frente, não obstante ter tido amputado um dos seus pés.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei Complementar nºs 80/2018, do Tribunal de Contas; e 16/2019, do Tribunal de Justiça; e Projetos de Lei nºs 1.328/2015, do deputado Gustavo Valadares; 2.553/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes; 910/2019, do Procurador-Geral de Justiça; e 1.022/2019, do Tribunal de Justiça.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 62/2017, do deputado Sargento Rodrigues; e Projetos de Lei nºs 787/2019, do deputado Noraldino Júnior; 952/2019, do deputado Cleitinho Azevedo; 1.006/2019, do governador Romeu Zema Neto; 1.938/2015, do deputado Elismar Prado; 1.069/2019, do deputado João Magalhães; 2.519/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 2.955/2015, do deputado Leonídio Bouças; 3.582/2016, do deputado Sargento Rodrigues; 3.611/2016, do deputado Sargento Rodrigues; 3.982/2017, do deputado Cássio Soares; 4.008/2017, do deputado Duarte Bechir; 4.044/2017, do deputado Cássio Soares; 4.362/2017, do deputado Gustavo Santana; 5.110/2018, do deputado Hely Tarquínio; 5.161/2018, do deputado Fábio Avelar de Oliveira; e 753/2019, do deputado Raul Belém.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 3.017/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 3.033/2019, do deputado Duarte Bechir; e 3.155/2019, do deputado Doutor Jean Freire.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei nº 876/2019, que altera a Lei nº 6.310, de 8 de maio de 1974, que autoriza o Poder Executivo a constituir e organizar empresa pública para o desenvolvimento e a execução de pesquisas no setor da agropecuária, a Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2019, que dispõe sobre a destinação de, no mínimo, 10% dos recursos da entidade de amparo e fomento à pesquisa para a manutenção de infraestrutura e suporte a instituições do Estado que realizem desenvolvimento e inovação em agropecuária, e as perspectivas, a importância e os mecanismos de fortalecimento da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – para o desenvolvimento agropecuário do Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.120/2015, do deputado Antônio Jorge.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 3.092 e 3.093/2019, da Comissão de Direitos Humanos; 3.061/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita; 3.149, 3.147, 3.146 e 3.145/2019, do deputado Zé Guilherme.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a recusa, por escolas particulares, de matrículas de estudantes com deficiência no Município de Belo Horizonte.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 22/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 5.374/2018, do deputado Neilando Pimenta, 444/2019, do deputado Zé Reis, e 905/2019, do deputado Zé Reis.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei n° 972/2019, do deputado Léo Portela.

Requerimentos n°s 2.936, 2.937, 3.087, 3.088, 3.089, 3.094 e 3.123/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, 2.950/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr., e 3.001 e 3.003/2019, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 22/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 3.055 e 3.056/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia; 3.060 e 3.119 e 3.120/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita; e 3.133 e 3.134/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 22/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 1.066/2019, do deputado Hely Tarquínio; e 1.079/2019, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimentos n°s 2.986/2019, do deputado Coronel Henrique; 3.032/2019, do deputado Zé Guilherme; e 3.126/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 23/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 3.180/2019, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H15MIN DO DIA 24/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a extensão da ferrovia conhecida como Trem das Águas ao Município de Itanhandu.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os Srs. Jove Gérson Nogueira de Araújo Filho, Fernando César de Freitas Nogueira Júnior e André Oliveira Naufel de Toledo, sócios administradores da Roinc Produções e Eventos Ltda., pela realização da 8ª edição do evento “O Funeral da Porca”, no Município de Itaúna.

Recebimento e votação de requerimentos.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/10/2019, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 3.154, e 3.158 a 3.160/2019, do deputado Sargento Rodrigues, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com o Sgt. PM Marcus Vinicius Lisboa, o Cb. PM Victor Henrique Tudeia da Fonseca e o Cb. PM Chrisley Soares de Lima pelo salvamento de mãe e filha durante um incêndio em uma residência na região Noroeste de Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Conjuntas das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes – § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Virgílio Guimarães, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco e Glaycon Franco, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e as deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Delegada Sheila, Laura Serrano, Leninha, Marília Campos e Rosângela Reis e os deputados André Quintão, Bartô, Betão, Bosco, Braulio Braz, Carlos Pimenta, Cássio Soares, Celinho Sintrocel, Cleitinho Azevedo, Coronel Henrique, Dalmo Ribeiro Silva, Delegado Heli Grilo, Doorgal Andrada, Doutor Jean Freire, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Fernando Pacheco, Glaycon Franco, Hely Tarquínio, Inácio Franco, João Magalhães, João Vítor Xavier, Léo Portela, Mário Henrique Caixa, Marquinho Lemos, Noraldino Júnior, Osvaldo Lopes, Professor Irineu, Professor Wendel Mesquita, Raul Belém, Repórter Rafael Martins, Sargento Rodrigues, Thiago Cota, Virgílio Guimarães, Zé Guilherme e Zé Reis, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para as reuniões a serem realizadas em 22/10/2019, às 14 horas e às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres Para o Turno Único dos Projetos de Lei nºs 1.085, 1.125 a 1.127/2019, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2019.

Hely Tarquínio, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Virgílio Guimarães, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/10/2019, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer Para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 4/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2019.

Hely Tarquínio, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2019

Nos termos regimentais, convoco os deputados Marquinho Lemos, Gustavo Mitre, Neilando Pimenta e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/10/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2019.

Professor Irineu, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/10/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 3.154 e 3.158 a 3.160/2019, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Professor Irineu, Celinho Sintrocel, Cleitinho Azevedo e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/10/2019, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações à EPTV – Emissoras Pioneiras de Televisão, pelos 40 anos de sua fundação, comemorado em outubro de 2019.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2019.

Léo Portela, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PROJETO DE LEI Nº 1.165/2019**

Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI.

Art. 1º – O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –, instituído pela Lei nº 15.032, de 20 de janeiro de 2004, fica atualizado nos termos desta lei e seu Anexo para o período 2019-2030.

Parágrafo único – O PMDI observará as diretrizes constitucionais, bem como os objetivos previstos no § 2º do art. 231 da Constituição do Estado.

Art. 2º – Compete à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão coordenar a execução do PMDI.

Art. 3º – Ficam revogadas:

I – Lei nº 17.007, de 28 de setembro de 2007;

II – Lei nº 21.967, de 12 de janeiro de 2016.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Lei nº , de de de 2019)

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/453/40/1453040.pdf>

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para fins do art. 204 do Regimento Interno.

– A Mensagem nº 44/2019, que encaminhou este projeto, foi publicada na edição de 3/10/2019.

PROJETO DE LEI Nº 1.166/2019

Institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2020-2023 – PPAG 2020-2023.

Art. 1º – Esta lei institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2020-2023 – PPAG 2020-2023 –, em conformidade com o que dispõem os arts. 153 e 154 da Constituição do Estado.

Art. 2º – O PPAG define o escopo de atuação do Estado para o período de quatro anos, evidenciando as políticas públicas a serem executadas pelo governo, por intermédio de programas e ações nele instituídos, com a indicação das respectivas metas físicas e financeiras.

Art. 3º – Os Anexos I e II integram esta lei, nos seguintes termos:

I – o Anexo I contém o volume dos programas e ações da Administração Pública organizados por setor de governo;

II – o Anexo II contém o volume das alterações introduzidas no âmbito do Poder Legislativo a serem incorporadas pelo Poder Executivo ao Anexo I desta lei.

Parágrafo único – Nos demonstrativos a que se refere o inciso I, os quais servirão como referência para a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA –, será adotado um planejamento de quatro anos, especialmente em relação aos valores físicos e orçamentários das ações.

Art. 4º – O PPAG – 2020-2023 organiza a ação governamental e suas políticas públicas em programas e ações, classificados como projetos estratégicos e demais projetos e atividades, de acordo com as áreas temáticas, os objetivos estratégicos e as diretrizes estratégicas oriundas do processo de elaboração do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI.

§ 1º – Os valores financeiros estabelecidos nesta lei para as ações são referenciais, não constituindo limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais.

§ 2º – Os programas, como instrumento de organização das ações de governo no âmbito da Administração Pública, ficam restritos àqueles integrantes do PPAG 2020-2023.

Art. 5º – A gestão do PPAG 2020-2023 observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos programas e ações constantes no Plano.

Art. 6º – O Poder Executivo manterá sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do PPAG 2020-2023, de utilização obrigatória pelos órgãos, entidades e Poderes do Estado.

Art. 7º – A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – estabelecerá normas complementares para a gestão do PPAG 2020-2023.

Art. 8º – O projeto de lei de revisão do PPAG 2020-2023 será encaminhado até 30 de setembro de cada ano e conterá:

I – as versões atualizadas do Anexo I do PPAG 2020-2023, com as inclusões, exclusões e alterações, qualitativas ou quantitativas, efetuadas em programas, indicadores, ações e demais atributos;

II – o Anexo III composto de programas e ações incluídos e excluídos, com a exposição sucinta das razões que motivaram a alteração.

§ 1º – Nos demonstrativos a que se refere o inciso I, os quais servirão como referência para a elaboração da LOA, será adotado um planejamento de quatro anos, especialmente em relação aos valores físicos e orçamentários das ações.

§ 2º – A exclusão ou alteração de programas constantes nesta lei e a inclusão de novos programas serão propostas pelo Poder Executivo por meio dos projetos de lei de revisão anual do PPAG 2020-2023, dos demais projetos de lei específica ou de créditos especiais, observada ainda a realização de audiências públicas e assegurada a participação popular.

§ 3º – Os projetos de lei específica ou de créditos especiais que importem na criação de programas, indicadores ou ações conterão anexo com os atributos qualitativos e quantitativos, por meio dos quais esses programas, indicadores ou ações serão caracterizados no PPAG 2020-2023.

§ 4º – As audiências públicas a que se refere o § 2º serão realizadas em parceria entre o Poder Executivo e a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG.

Art. 9º – A coordenação do monitoramento e da avaliação do PPAG 2020-2023 será exercida pela Seplag, à qual compete definir diretrizes e orientações técnicas para a operacionalização do monitoramento e avaliação do PPAG 2020-2023.

Art. 10 – As unidades orçamentárias responsáveis pelos programas e ações constantes no Anexo I desta lei manterão atualizadas, durante cada exercício financeiro, as informações qualitativas e quantitativas referentes à execução física e financeira desses programas e ações e a apuração dos indicadores de desempenho definidos no PPAG 2020-2023.

Parágrafo único – Os órgãos e entidades que não atenderem ao disposto no *caput* sujeitam-se a restrições orçamentárias, conforme deliberação normativa do Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin.

Art. 11 – Para fins de monitoramento do PPAG 2020-2023, serão elaborados relatórios institucionais de monitoramento, os quais terão periodicidade bimestral e conterão, no mínimo, os seguintes documentos:

I – demonstrativo de programação e execução regionalizada das metas físicas e financeiras das ações e dos programas do PPAG 2020-2023.

II – demonstrativo de desempenho das ações que compõem os programas sociais;

III – boletim com informações consolidadas acerca da execução, do desempenho e da regionalização física e financeira das ações do PPAG 2020-2023 até o período monitorado.

§ 1º – Consideram-se programas sociais, para efeitos desta lei, as políticas orientadas para a emancipação social e cidadã, envolvendo programas precipuamente voltados para agricultura, assistência social, ciência e tecnologia, cultura, desporto e lazer, direitos da cidadania, educação, habitação, meio ambiente, organização agrária, previdência social, saneamento, saúde, segurança pública, trabalho, transporte e urbanismo.

§ 2º – Com a finalidade de monitorar a execução do PPAG, a ALMG realizará audiências públicas, assegurada a participação popular.

Art. 12 – O Poder Executivo, por intermédio da Seplag, enviará ao Poder Legislativo, até o dia 15 de junho de cada exercício financeiro, Relatório Anual de Avaliação do PPAG 2020-2023, com o objetivo de aferir e analisar os resultados alcançados em cada programa de governo.

Art. 13 – O Poder Executivo divulgará pela internet:

I – esta lei;

II – bases de dados contendo a relação dos programas, ações, indicadores e seus atributos qualitativos e quantitativos;

III – os Relatórios Institucionais de Monitoramento do PPAG 2020-2023;

IV – o Relatório Anual de Avaliação do PPAG 2020-2023;

V – o texto atualizado das leis de revisão do PPAG 2020-2023.

Art. 14 – Cabe aos Poderes Legislativo e Executivo efetuar os ajustes necessários à compatibilização entre o PMDI, o PPAG e as leis orçamentárias.

Art. 15 – Ficam revogadas as seguintes leis:

I – Lei nº 15.033, de 20 de janeiro de 2004;

- II – Lei nº 15.472, de 13 janeiro de 2005;
 - III – Lei nº 15.974, de 12 de janeiro de 2006;
 - IV – Lei nº 16.681, de 10 de janeiro de 2007;
 - V – Lei nº 17.347, de 16 e janeiro de 2008;
 - VI – Lei nº 18.021, de 9 de setembro de 2009;
 - VII – Lei nº 18.694, de 4 de janeiro de 2010,
 - VIII – Lei nº 19.417, de 3 de janeiro de 2011;
 - IX – Lei nº 20.024, de 9 de janeiro de 2012;
 - X – Lei nº 20.626, de 17 de janeiro de 2013;
 - XI – Lei nº 21.149, de 15 de janeiro de 2014;
 - XII – Lei nº 21.694, de 9 de abril de 2015;
 - XIII – Lei nº 21.968, de 14 de janeiro de 2016;
 - XIV – Lei nº 22.475, de 29 de dezembro de 2016;
 - XV – Lei nº 22.942, de 12 de janeiro de 2018;
 - XVI – Lei nº 23.288, de 9 de janeiro de 2019.
- Art. 16 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(a que se refere o art. 3º da Lei nº , de de 2019)

Volume I – Programas e Ações da Administração Pública Organizados por Setor de Governo

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/446/973/1446973.pdf>

ANEXO II

(a que se refere o art. 3º da Lei nº , de de 2019)

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para fins do art. 204 do Regimento Interno.
- A Mensagem nº 45/2019, que encaminhou este projeto, foi publicada na edição de 3/10/2019.

PROJETO DE LEI Nº 1.167/2019

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.

Art. 1º – Esta lei estima a receita e fixa a despesa do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2020, compreendendo, nos termos do art. 157 da Constituição do Estado e do art. 3º da Lei nº 23.364, de 25 de julho de 2019:

- I – o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;
- II – o orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 2º – O Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2020 estima a receita em R\$103.523.803.807,00 (cento e três bilhões quinhentos e vinte e três milhões oitocentos e três mil oitocentos e sete reais) e fixa a despesa em R\$116.815.995.181,00 (cento e dezesseis bilhões oitocentos e quinze milhões novecentos e noventa e cinco mil cento e oitenta e um reais).

Art. 3º – As receitas do Orçamento Fiscal serão realizadas mediante arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor.

Art. 4º – Os demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado estão contidos no Anexo I.

Art. 5º – As despesas dos órgãos e entidades compreendidos no Orçamento Fiscal serão realizadas segundo a discriminação constante nos Anexos II-A e II-B.

Parágrafo único – Cada crédito consignado a projeto, atividade e operações especiais constantes nos anexos a que se refere o *caput* integra esta lei na forma de inciso deste artigo, identificado numericamente pela respectiva codificação orçamentária.

Art. 6º – O Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado estima as fontes e fixa os investimentos em R\$5.675.600.244,00 (cinco bilhões seiscientos setenta e cinco milhões seiscientos mil duzentos e quarenta e quatro reais).

Art. 7º – Os investimentos das empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado serão realizados segundo a discriminação por projeto, atividade e operações especiais constantes no Anexo III.

Parágrafo único – Os projetos, as atividades e as operações especiais constantes no Anexo III integram esta lei na forma de incisos deste artigo, identificados numericamente pela respectiva codificação orçamentária.

Art. 8º – A Distribuição Regionalizada dos Investimentos está especificada no Anexo IV.

Art. 9º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao seu orçamento fiscal até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa fixada no art. 2º.

Parágrafo único – Não oneram o limite estabelecido no *caput*:

I – os remanejamentos de crédito entre dotações do grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”;

II – os remanejamentos de crédito entre dotações do identificador de procedência e uso “Recursos Recebidos para Auxílios Doença, Funeral, Alimentação, Transporte e Fardamento”.

III – os remanejamentos das programações incluídas nesta lei por emendas parlamentares individuais, de blocos e bancadas, observadas as disposições constitucionais e demais normas aplicáveis.

Art. 10 – Fica a Assembleia Legislativa autorizada a abrir créditos suplementares ao seu orçamento, até o limite de 10% (dez por cento) da despesa nele fixada, e ao orçamento do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – Fundhab –, até o limite correspondente ao valor do superávit financeiro desse fundo apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, em conformidade com o disposto no inciso V do *caput* do art. 62 da Constituição do Estado.

§ 1º – Os créditos suplementares de que trata o *caput* utilizarão como fonte:

I – os recursos resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias do próprio orçamento suplementado;

II – o excesso de arrecadação da receita da Assembleia Legislativa ou do Fundhab decorrente de recursos diretamente arrecadados ou de convênios, acordos e ajustes;

III – o excesso de arrecadação da receita de contribuição patronal e do servidor da Assembleia Legislativa para o Fundo Financeiro de Previdência – Funfip;

IV – o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019 da Assembleia Legislativa ou do Fundhab, conforme o orçamento a ser suplementado.

§ 2º – Os créditos suplementares de que trata este artigo serão abertos nos termos de regulamento próprio da Assembleia Legislativa, que poderá remanejar recursos entre as diversas discriminações de despesa previstas nos incisos III a XI do *caput* do art. 14 da Lei nº 23.364, de 2019, e incluir fonte de recurso proveniente de convênios, acordos e ajustes.

§ 3º – As modificações da modalidade de aplicação e do identificador de procedência e uso poderão ser realizadas nos termos de regulamento próprio da Assembleia Legislativa.

§ 4º – A alteração de fontes de recursos, de que trata o § 1º do art. 17 da Lei nº 23.364, de 2019, poderá ser feita nos termos de regulamento próprio da Assembleia Legislativa na hipótese de suplementação com alteração entre fonte de recursos ordinários e fonte de recursos para cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – do Estado de Minas Gerais.

§ 5º – A Assembleia Legislativa comunicará a suplementação à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, no prazo de dois dias úteis contados da data de publicação do regulamento para as providências necessárias.

Art. 11 – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado até o limite de 10% (dez por cento) do valor referido no art. 6º.

Parágrafo único – Não onerarão o limite estabelecido no *caput* as suplementações realizadas com recursos provenientes das operações das empresas controladas pelo Estado e com outros recursos diretamente arrecadados por essas empresas.

Art. 12 – Fica o Poder Executivo autorizado a deduzir da parcela duodecimal obrigatória dos recursos disponibilizados mensalmente à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Justiça Militar, à Procuradoria-Geral de Justiça, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública os montantes referentes às despesas pagas com precatórios e requisições de pequeno valor decorrentes de passivo de processos judiciais cujo objeto se refira a ação ou omissão desses órgãos ou de seus representantes, promovendo-se a respectiva adequação do crédito orçamentário.

Parágrafo único – Cabe à Advocacia-Geral do Estado a elaboração de relatório mensal contendo a apuração dos pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor, por Poder e por órgão, para embasamento da dedução prevista no *caput*.

Art. 13 – A ordenação de despesa dos benefícios previdenciários da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça Militar, da Procuradoria-Geral de Justiça, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública, quando executada em ações orçamentárias próprias alocadas ao Funfip, será realizada por esses órgãos.

Parágrafo único – Para os fins do disposto no art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o cômputo da despesa a que se refere o *caput* obedecerá ao limite fixado para cada órgão ordenador da despesa.

Art. 14 – As disposições do Anexo V desta lei, consideradas incisos deste artigo, constituem alterações do orçamento aprovadas pelo Poder Legislativo, as quais serão, salvo em caso de veto, incorporadas pelo Poder Executivo aos Anexos I a IV.

Art. 15 – O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas nesta lei e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, conforme definida no art. 14 da Lei nº 23.364, de 2019, assim como as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidos no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023.

Parágrafo único – A transposição, o remanejamento e a transferência a que se refere o *caput* não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas nesta lei ou em créditos adicionais, podendo haver adequação da classificação institucional e funcional ao novo órgão.

Art. 16 – Cabe aos Poderes Legislativo e Executivo assegurar a compatibilidade entre o planejamento para o exercício de 2020 contido no PPAG 2020-2023 e a Lei Orçamentária Anual para o mesmo exercício, ficando autorizados os ajustes necessários à plena compatibilidade.

Art. 17 – Esta lei vigorará no exercício de 2020, a partir de 1º de janeiro.

Volume I – Orçamento Fiscal e Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado
<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/446/967/1446967.pdf>

Volume IIA – Orçamento Fiscal <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/446/968/1446968.pdf>

Volume IIB – Orçamento Fiscal <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/446/969/1446969.pdf>

Volume III – Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado
<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/446/970/1446970.pdf>

Volume IV – Distribuição Territorial dos Investimentos <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/446/971/1446971.pdf>

Volume V – Quadros de Detalhamento da Despesa <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/446/972/1446972.pdf>

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para fins do art. 204 do Regimento Interno.

– A Mensagem nº 46/2019, que encaminhou este projeto, foi publicada na edição de 3/10/2019.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.273/2017

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Paulo Guedes, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Tanque de Pedra, com sede no Município de Espinosa. A proposição foi desarquivada nesta legislatura, a requerimento do deputado Virgílio Guimarães, nos termos do art. 180-A do Regimento Interno, mantendo-se sua autoria original.

A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

Em exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.273/2017 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Tanque de Pedra, com sede no Município de Espinosa.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, incentivar a agricultura familiar; desenvolver atividades voltadas à comunidade com a finalidade de preservar os recursos naturais e proteger o meio ambiente; promover campanhas e treinamentos de capacitação com foco na conservação do solo e das nascentes locais; e apoiar projetos de combate à fome e à pobreza com vistas a minorar os efeitos da seca na região.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação em prol da comunidade rural do Município de Espinosa, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.273/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2019.

Betinho Pinto Coelho, relator.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 95ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/10/2019

O deputado Doutor Jean Freire* – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, deputada Beatriz e demais deputados presentes aqui no Plenário; boa tarde, servidores e servidoras desta Casa, público que nos acompanha, telespectadores da TV Assembleia!

Sr. Presidente, hoje nós estamos no penúltimo dia de um processo que acontece nesta Casa já pela segunda vez, que é o Assembleia Fiscaliza. Eu queria tratar desse assunto aqui.

Primeiramente, Sr. Presidente, caros colegas, agradeço a esta Casa; isso é graças à iniciativa do presidente Agostinho Patrus. Gostaria de agradecer-lhe porque essa é mais uma oportunidade que é dada a esta Casa, que é dada a nós, deputados e deputadas, de fiscalizar, de exercer um dos papéis fundamentais que nós temos, que é fiscalizar. Esse é um dos principais papéis que nós temos.

Sr. Presidente, amanhã será a última etapa, e estará aqui presente o secretário da Segov, quando teremos mais uma vez a oportunidade de tecer nossos comentários, de fazer perguntas. Como presidente da Comissão de Participação Popular, dentre tantas perguntas que tenho feito a cada secretário, a cada secretária, uma se refere ao PPAG, ao pagamento das emendas populares, das emendas que a comissão faz tão bem e os consultores desta Casa e do governo desempenham tão bem ao prepararem, durante todo o ano, o PPAG. Nesta segunda, nós estaremos na cidade de Montes Claros; na quarta próxima, na cidade do nosso querido Professor Cleiton, Varginha; e, no dia 4, na cidade de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha. Também estaremos aqui a partir do dia 24, recebendo em Belo Horizonte entidades participantes de todo o Estado de Minas Gerais.

Sobre o PPAG, eu gostaria de frisar que é triste a resposta que estamos recebendo dos secretários. É uma pergunta rápida: quanto o governo pagou até agora? E a resposta é mais rápida ainda. Houve um secretário que até se limitou a falar: “Nada”. Mas não foi nada, não; foi 0,08. Um absurdo! Nunca na história do PPAG nós tivemos um pagamento tão baixo. Mas nós, cada deputado que representa as suas regiões teve a oportunidade de apresentar as demandas regionais, questionar a política do governo, os projetos de lei que ele traz a esta Casa, como o de recuperação fiscal, e apresentar propostas. Ou seja, esse processo do Assembleia Fiscaliza coloca o parlamentar, a parlamentar cara a cara, olho a olho com os secretários. Evidentemente, nós tivemos o momento de visita à Secretaria de Governo e às demais secretarias de Estado, para dialogar, para reivindicar, para fiscalizar, mas este é o momento, diante da televisão, diante do povo – foram muitos que participaram durante esses dias –, de ficar cara a cara com o povo vendo.

Sr. Presidente, gostaria muito de parabenizar todos os deputados e deputadas que lá estiveram presentes. Eu me orgulho de falar que eu participei de todas. Estive em momentos... Com cada secretário, eu tive a oportunidade de participar. Os deputados que aqui estão presentes também eu os vi lá presentes. Amanhã será a última, e, com certeza, se Deus quiser, eu estarei lá participando.

Acho que esse é um momento, deputado Cleitinho, que nós não podemos perder. Esse é o momento de estar com os secretários, de mostrar por que nós estamos aqui, de justificar também o salário que recebemos. Eu acho que várias são as ações de um deputado. Eu acho que, nesse momento que nós estamos fiscalizando o Estado, tenha a certeza, deputada Beatriz, que o povo

também está nos fiscalizando; que eles estão, no dia a dia, verificando os deputados que trabalham, que fazem essa função que eu acho tão nobre, que é uma função também, deputado Cleiton... Eu costumo dizer que, como médico, a gente cuida das pessoas. A política é um jeito de a gente cuidar das pessoas, e esse processo vem enaltecer o nosso trabalho nesta Casa.

Amanhã, nesse último dia, eu gostaria de convidar os deputados aqui, que, com certeza, estarão lá presentes; e o povo para fiscalizar, para estar junto também. E, mais uma vez, quero agradecer a esta Casa, agradecer ao presidente, agradecer aos servidores desta Casa, que têm tão atentamente, tão prontos, estado juntos, lá, participando; à comunicação desta Casa, que tem feito um papel belíssimo, mostrando, dialogando e entrevistando os deputados nos intervalos, entrevistando os secretários. Não somos só nós fazendo o papel de perguntar, mas também a comunicação, aqui, a TV Assembleia, fazendo o papel de expor suas opiniões e perguntar ao secretário também.

Então, a minha fala aqui, hoje, é para ser rápida e mostrar que esse processo, cada dia mais, tem a ganhar. Dessa vez, uma novidade que esse processo teve foi de o deputado ter direito a perguntar e ter a réplica, ou seja, mais uma vez esta Casa está empoderando o deputado na sua função de fiscalizar. E que o processo possa, cada vez mais, em cada edição mais, ganhar e ser empoderado.

Eu acho que nós não podemos, independente de qual governo venha a chegar ao poder neste estado, qual partido político venha a chegar ao poder neste estado, nunca dar um passo atrás nesse processo. Se nós estivermos aqui ou se outros deputados vierem também, nós não podemos nunca, deputada Beatriz, dar um passo atrás. Nós temos de, cada vez mais, mostrar e fazer, efetivamente, o que é papel nosso, um dos mais importantes, que é fiscalizar o governo. E disso nós estamos tendo essa oportunidade agora.

Eu aproveitei muito, nesse momento, para falar das dores e dos amores que é viver na região que menos se desenvolve neste Estado de Minas Gerais, que é o Vale do Jequitinhonha, onde nós estaremos, no próximo dia 4, no PPAG. Tive um momento de poder mostrar para cada secretário, de convidar cada secretário a ir ao Vale, a ver de perto. Eu sempre uso a expressão de que “os olhos veem melhor onde os pés pisam”. Convidei cada secretário a ir lá ver de perto. Mostrei a cada um e vou mostrar amanhã que o Vale do Jequitinhonha, que o Vale do Mucuri, essas duas regiões são ricas, muito ricas, deputado Cleitinho, e que nós temos a oportunidade de ajudar o Estado, de ajudar aquela região. Uma região que, a vida inteira, foi colocada como vale da miséria, e isso é uma inverdade. Nós servimos uma vida inteira foi para ser explorados, para produzir riqueza para este estado, para produzir riqueza para este país, e com um povo, deputado Cleitinho, com um povo empobrecido. Eu acho que isso tem que parar de uma vez por todas, e o Assembleia Fiscaliza e este espaço aqui me dão a oportunidade de exercer esse direito, de fazer essa cobrança, de exercer esse direito de fiscalizar. – Então era isso que eu tinha a dizer nesta tarde. Agradeço aos colegas por ficarem aqui, por me ouvirem. E aproveitei para convidar a população do Norte de Minas Gerais para o próximo dia 21, quando a Comissão de Participação Popular, acompanhada por alguns deputados da região também, estará lá com o processo do PPAG. Para o próximo dia 23, convido a população do Sul de Minas, porque nós estaremos lá – o deputado Professor Cleiton também já confirmou presença -, também com o processo do PPAG. E, no dia 4, em Araçuaí. Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, colegas.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, deputados e deputadas, servidores desta Casa, população presente! Venho aqui, hoje, humildemente, usar esta tribuna. Ontem eu estava passando mal, estava com diarreia, e infelizmente eu entrei aqui correndo e fui direto para o banheiro, mas marquei a presença. Nunca entrei dentro deste Plenário sem as vestimentas que o Regimento pede, que é terno e gravata; nunca fiz isso. Se pegar no ramal desta Casa, eu devo ser um dos deputados que, desde fevereiro, estou aqui todos os dias – terça, quarta e quinta; nunca faltei a alguma reunião aqui. E ontem alguns deputados questionaram essa vestimenta minha. Hoje eu comprei até um blazer mais bonito, para ficar mais bonito, mais elegante. Eu não gosto de usar, não nego isso para ninguém, mas respeito o Regimento. Até mandaram o requerimento para o Presidente, e eu estou aqui,

humildemente, vindo falar com o presidente. Até o Jean Freire, que está aqui, é prova; ele me viu correndo para o banheiro ontem, eu estava com diarreia. Fui para o banheiro, para depois correr até o meu gabinete, para buscar terno e gravata, para eu entrar.

Então nunca fiquei aqui, na reunião, sentado sem ser como o Regimento pede, de terno e gravata. Eu respeito o Regimento e respeito os deputados aqui e espero respeito. Agora, falar da minha conduta, igual ele falou, que tem que ter postura. Postura. O que é postura nesta Casa? Eu vou deixar para a próxima reunião, porque acredito que, na próxima reunião, vão estar os outros deputados aqui. Aí, na hora que os deputados estiverem aqui... Porque eu gosto de falar é na cara, eu não gosto de falar nas costas, não. Eu tenho esse grave defeito, que é uma qualidade.

Então, terça-feira, ou quarta, quinta-feira, a gente vai falar sobre postura. Porque existe deputado que até hoje eu não vi aqui dentro desta Casa; existe deputado que não conheci ainda, não. Conheci só no dia da posse. Aí eu queria perguntar para ele, e fazer um requerimento para o presidente também, para saber onde está esse deputado. Alguns deputados aqui eu nunca vi, não. Existe deputado aqui, gente, que agora está apresentando programa de TV ao vivo, e chega aqui, quando o programa dele acaba, e a reunião está acabando. Ele bate o ponto e pede questão de ordem. Mas eu quero falar é na frente deles. Eu quero mandar um requerimento para a Mesa também, para o presidente, para questionar esses deputados. Porque esta Casa fica cara, esta Casa custa caro. Onde estão os deputados aqui para trabalhar? Eu estou trabalhando todo dia aqui.

Então postura, falar de terno e gravata... Eu vou fazer um regimento dentro do meu gabinete também, falar para os meus assessores que trabalham aqui em Belo Horizonte e lá em Divinópolis para usarem terno e gravata. Quem sabe usando terno e gravata a gente consiga atender melhor a população, a gente consiga resolver os problemas da cidade e do Estado. Será que terno e gravata está resolvendo o problema do Estado? Será que falar bonito aqui nesta tribuna, falar elegante está resolvendo o problema do Estado?

Eu vou continuar seguindo o Regimento desta Casa, usando terno e gravata, mas lá fora eu uso do jeito que eu quiser. Eu sempre fui assim. E que representante do povo é esse, que tem que estar nesse chique danado? Representante do povo para mim é aquele que anda com o povo, que está com o povo. Vamos usar mais sabedoria e humildade nesta Casa, gente. Quem tiver que falar comigo vá lá no meu gabinete. Por que não me chamou a atenção? Por que não procurou saber o que eu estava fazendo antes? Eu estava com diarreia, passando mal. Eu nunca faltei a nenhuma reunião aqui até hoje, não. Estou aqui desde fevereiro, desde o dia que assumi este mandato eu estou aqui, não faltei a nenhuma comissão. Tenho mais de quarenta proposições aqui. Isso é que é postura. Quer falar da minha postura? Eu estou contando para vocês da minha postura aqui, da minha conduta, como eu uso este mandato aqui. Agora há deputado que eu não vi aqui ainda, não. Pois eu vou fazer questão de fazer um requerimento agora, até projeto de lei, para comecem a bater o ponto de verdade aqui. Porque eu, diferente de alguns... Há uns aqui... Por que tem que ser eu? Por que ontem a culpa foi minha? Já vi vários deputados entrando aqui, na Assembleia, também batendo ponto, sem terno e gravata, e saindo. Foi o que fiz, ontem, fui ao banheiro, estava de diarreia. Por que eu? Por que sou o patinho feio da Casa se a maioria faz isso aqui também? Então, cortem para todo mundo. O pau que dá em Chico dá em Francisco. Tem que ser todo mundo. Todo mundo tem que ter conduta. Já vi, aqui, deputado sem terno e gravata, batendo ponto e saindo. Eu, diferentemente, quando faço isso, volto para cá e assisto à reunião. Uso essa fala para representar o povo. Então, ao falarem de conduta e postura, nas próximas reuniões, vou começar a fazer questionamento, até porque sou um deputado que tem que questionar tudo. Para quem quiser me questionar, tenho a humildade para chegar aqui em cima e defender a minha postura, defender os meus erros, defender as minhas qualidades e tentar mudar. Pode ter certeza – viu, presidente? –, nunca mais vou fazer isso. Até comprei um blazer novo, vou comprar quantos precisar, para não haver essa reclamação. Mas vou começar a questionar também: deputado que tem programa ao vivo agora e que bate ponto na hora que o programa dele acaba, na hora que a reunião acaba; deputado que nunca vi aqui dentro ainda, que só vi no dia da posse. Vou começar a questionar, mas vou questionar na cara deles, porque quero ver a defesa deles, quero ver o que eles vão falar. Se eles estiverem certos, peço desculpas para eles, aqui, humildemente. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 21/10/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Eliane dos Santos Fernandes, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Julio Millan Morais, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andreia de Jesus.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 60/2019****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 151/2019**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de sociedade empresária especializada em manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos, a sessão pública virtual fica adiada para as 10 horas do dia 6/11/2019.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ERRATA****ATA DA 95ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/10/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/10/2019, na pág. 13, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 3.173/2019, onde se lê:

“Lei nº 23.29”, leia-se:

“Lei nº 23.291”.